

A saída ortodoxa

Palavra de um dos autores intelectuais do Plano Cruzado, o economista Francisco Lopes, o único que não se comprometeu com a desastrosa administração do programa de estabilização econômica, vulgo inflação zero:

"Um novo choque heterodoxo, pela própria natureza do choque, exige a restauração de condições técnicas suficientes e de condições políticas adequadas. O próprio fracasso da primeira tentativa desaconselha um novo congelamento sem os preparativos pertinentes. No primeiro choque, contou-se com a contribuição indispensável do sigilo: Não se faz congelamento com aviso prévio nem com suspeita do gênero. A atual remarcação defensiva de preços, na simples expectativa do novo choque, basta para desalinhar, antes do próprio, os valores que vinham sendo realinhados, mesmo que atabalhoadamente. Não se deve, em nenhuma hipótese, nem com inflação de mil por cento, congelar preços desalinhados. Já cometemos esse erro e estamos pagando muito caro por isso".

Sem os fiscais

Para Francisco Lopes, as condições técnicas para um novo tratamento heterodoxo da economia desgovernada podem ser recriadas, com muita determinação e enorme dose de sorte, em noventa dias — coisa para o mês de agosto. O dramático está na remontagem das condições políticas, não menos indispensáveis que as primeiras:

"Em matéria de credibilidade pública, o bonde já passou e não volta mais. A popularidade do Governo, que não zerou a inflação, apenas contratou a hiperinflação, está quase zerada. Diria que no plano econômico está praticamente zerada. Ora, sem a fulminante adesão da sociedade, inclusive dos agentes econômicos, um novo choque cairia no vácuo da rejeição nacional. O Governo não tem como fiscalizar meia-dúzia de preços tabelados, e só poderia controlar milhões de preços congelados a partir do engajamento automático de 140 milhões de "fiscais do Sarney". Uma hipótese ridícula, nessa altura do calendário. A população mais humilde, a que nada tem a perder com o choque, já pensa que o congelamento não vai dar certo nem por um mês. Temos de remontar, isso sim, um programa de consistência macroeconômica. Caso contrário, nós, os heterodoxos, estaremos contribuindo para a desmoralização final da escola heterodoxa — que merece ser salva. E ainda vai ter a sua vez e a sua hora, que não deve ser agora."

Os seis pontos

Como desentalar a vaca do brejo mais fundo da história econô-

mica do Brasil. Com um programa ortodoxo, que o FMI endossará por telex?

Se o Brasil readmitir o monitoramento explícito do FMI, o programa do ajuste interno para a economia fora de esquadro terá de assumir meia-dúzia de compromissos de honra:

1) Desaceleração do crescimento econômico para algo em torno de 3,5 por cento ao ano, no máximo;

2) Política monetária restritiva, com créditos menores e juros reais ainda maiores;

3) Política fiscal purgativa, com redução de despesa e aumento de receita;

4) Eliminação sumária de todos os subsídios, mas não, necessariamente, de todos os confiscos;

5) Política salarial de privação e disciplina, com o achatamento forçado do valor real dos salários;

6) Política cambial realista, com a correção urgente do dólar no câmbio oficial a golpes de uma ou duas maxis, até agosto.

O elo perdido

De certa forma, já estamos a bordo dessa política dita de "austeridade": nos salários reais rebaixados, nos juros reais remontados, na taxa cambial em reposição... E sem o monitoramento externo do FMI. Sabemos ortodoxar sozinhos. Difícil é executar o saneamento do setor público pelo corte das despesas. Alguma coisa pode ser feita, para variar, pelo aumento das receitas, via elevação da carga fiscal — que o ministro Bresser Pereira considera ainda muito suave.

O setor público é o elo perdido dos programas de ajuste econômico.

A queda do salário real, com gatilho e tudo, é uma decorrência inevitável do novo tranco inflacionário. Na corrida em espiral de preços e salários, os primeiros sobem de elevador automático, os segundos vão pela escadaria, alguns pelas paredes.

Não há distribuição de renda com inflação acima de cinco por cento ao mês.

O modelo de ajuste monitorado pelo FMI, com seu receituário clássico ou ortodoxo, comete uma impropriedade de física aplicada: se os últimos cinco pontos forem executados ao pé-da-letra, o primeiro objetivo estará queimado, não dá para crescer nem meio por cento ao ano. O ajuste, assim amarrado, é recessivo. Tanto mais, porque chumbado ao resgate da contabilidade externa, igualmente depressivo.

A menos, claro, que o Brasil consiga erguer-se do chão puxando os próprios cabelos.